



PODER

Destino do ex-presidente do BRB nas mãos do STF

Segunda Turma da Corte inicia hoje julgamento para definir se mantém a detenção de Paulo Henrique Costa e do advogado Daniel Monteiro, determinada pelo ministro André Mendonça no inquérito do caso Master. Há expectativa se Toffoli vai se declarar impedido

» IAGO MAC CORD

Lúcio Bernardo Jr/Agência Brasília

O julgamento que se inicia hoje, na Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), marca um ponto de inflexão nas investigações da Operação Compliance Zero, que apura um esquema de corrupção e gestão fraudulenta de dimensões bilionárias envolvendo a cúpula do Banco de Brasília (BRB) e o Banco Master.

Os ministros que compõem o colegiado decidirão se mantém a prisão preventiva de Paulo Henrique Costa, ex-presidente do BRB, e do advogado Daniel Lopes Monteiro, ambos detidos desde o último dia 16 por determinação do ministro relator André Mendonça. A votação, realizada em sessão virtual extraordinária, vai se estender até as 23h59 de sexta-feira.

Há expectativa sobre a postura a ser adotada pelo ministro Dias Toffoli, um dos integrantes da Segunda Turma. Ele pode se declarar impedido de votar, já que o caso se refere ao Master. Em fevereiro, o magistrado deixou a relatoria do processo na Corte e, em março, rejeitou a relatoria do pedido de abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o banco, na Câmara, alegando "motivo de foro íntimo".

Caso Toffoli não vote e ocorra um empate entre os outros quatro ministros — Gilmar Mendes, Luiz Fux, Nunes Marques e Mendonça —, prevalecerá o resultado mais favorável aos réus.

No entanto, o Regimento Interno do STF (RISTF) e as recentes atualizações normativas impõem ritos que podem prolongar ou alterar drasticamente o destino da Operação Compliance Zero.

De acordo com o Artigo 135 do RISTF (conforme redação atualizada pela Emenda Regimental nº 58), um eventual pedido de vista não pode mais ser utilizado como uma manobra de suspensão indefinida. O ministro que solicitar os autos tem o prazo máximo e improrrogável de 90 dias para devolução, sob pena de "liberação automática".

Na prática, se um ministro divergir do relator Mendonça e pedir vista, o sistema do STF monitora o prazo. Vencido o período sem manifestação, o processo retorna à



Paulo Henrique Costa, ex-presidente do BRB, foi preso por agentes da Polícia Federal no último dia 16, no apartamento onde mora no Noroeste

Suposta ligação

Segundo as investigações, um fundo de Fabiano Zettel, cunhado de Daniel Vorcaro, dono do Master, foi responsável pela compra de uma fatia da participação da empresa de Toffoli e dos irmãos dele no resort Tayayá.

pauta independentemente de nova indicação, garantindo que o quórum de quatro ministros resolva a questão com celeridade.

Além disso, a Resolução 860/2025 traz uma camada de segurança jurídica sobre quem decide o caso. Ela disciplina a "substituição de relatoria com alteração de acervo".

No cenário de uma eventual mudança na composição da Turma ou até mesmo na presidência

do tribunal durante o curso do processo, o Artigo 5º dessa resolução blinda a relatoria de Mendonça: como o relatório já foi lançado e o processo já está em pauta (inclusive em sessão virtual extraordinária), a substituição do relator é vedada. Isso impede que manobras administrativas ou mudanças de cadeiras retirem o processo das mãos do ministro que determinou as prisões.

Portanto, o cenário para os réus é de um "funil normativo". Se o empate ocorrer após o esgotamento dos prazos de vista do Artigo 135, e não havendo possibilidade de convocação de ministro de outra Turma (conforme as regras de substituição excepcional), prevalecerá o resultado mais favorável a Paulo Henrique Costa e Daniel Lopes Monteiro.

A manutenção da prisão dele e de Monteiro é defendida por Mendonça com base no risco concreto de destruição de provas e rearticulação da

organização criminosa.

O magistrado destacou que as medidas cautelares alternativas seriam insuficientes, uma vez que os investigados possuem rede de influência e acesso a documentos sensíveis que poderiam comprometer a instrução criminal.

A investigação revelou a existência de uma "engrenagem ilícita" montada para viabilizar a cessação de R\$ 12,2 bilhões em cartões de crédito fictícios do Master ao BRB. Segundo a Polícia Federal e o Banco Central, o esquema consistia em uma verdadeira "linha de produção" de ativos sem lastro, em que os documentos eram produzidos em larga escala, com o uso de planilhas, contratos antedatados e procurações assinadas por funcionários do banco em vez dos supostos tomadores de crédito.

Apesar de alertas internos emitidos por pareceres jurídicos e pela Diretoria de Riscos desde abril

de 2025, Costa teria acelerado deliberadamente as aquisições desses ativos para garantir liquidez ao Master, ignorando os controle prudenciais da instituição pública que presidia.

Em contrapartida ao favorecimento institucional, as investigações detalham um ajuste de propina estimado em R\$ 146,5 milhões destinados ao ex-presidente do banco brasileiro. Esse montante seria pago por meio de seis imóveis de altíssimo padrão em São Paulo e em Brasília, cujos pagamentos já rastreados superaram R\$ 74,6 milhões.

Já o papel de Monteiro é descrito como central e estruturante. Ele teria montado uma malha societária composta por empresas de fachada e fundos de investimento geridos pela Reag para blindar a titularidade real dos bens de Costa.

Leia mais na página 13

Memória

» Em mensagens trocadas entre o ex-presidente do Banco de Brasília (BRB) Paulo Henrique Costa e o ex-banqueiro Daniel Vorcaro, imóveis em Brasília e São Paulo, avaliados em R\$ 146 milhões, teriam sido negociados como contrapartida à operação de compra de parte do Banco Master.

» Em Brasília, o Residencial Ennius Muniz, no Noroeste, aparece nas conversas. O prédio, localizado em frente ao Parque Burtle Marx, reúne unidades de alto padrão, com metragens que variam de 291m² a 590m² e valores a partir de R\$ 4 milhões. No Setor Habitacional Jardim Botânico, o empreendimento Valle dos Ipês, ainda em construção, terá apartamentos entre 147m² e 414m². Com área de lazer completa e previsão de entrega para 2028, o condomínio fica a cerca de cinco minutos da Ponte JK. Os valores dessas unidades não foram divulgados.

» Em São Paulo, também são citados empreendimentos de alto padrão em áreas nobres da cidade. O Edifício Heritage, localizado no Itaim Bibi, possui unidades que chegam a 1.036m², com valores estimados entre R\$ 39,5 milhões e R\$ 50 milhões. Já o Edifício Arborea, na Avenida Cidade Jardim, oferece apartamentos que alcançam até 1.070m², com preços que variam de R\$ 22,5 milhões a R\$ 200 milhões.

» Outros imóveis mencionados incluem o Edifício One Sixty, na Vila Olímpia, com unidades entre 275m² e 343m², cujos valores vão de R\$ 14,4 milhões a R\$ 45 milhões. Também aparece o Casa Lafer, situado na esquina da Rua Lopes Neto com a Avenida Horácio Lafer, com apartamentos de 424m² e preços que podem variar de R\$ 23,3 milhões a R\$ 105 milhões.

Luiz Silveira/STF



Gilmar Mendes reagiu aos ataques do ex-governador de Minas

Oposição articula impedimento de Gilmar

Parlamentares da oposição na Câmara dos Deputados anunciaram que vão ingressar com um pedido de impeachment do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF). A iniciativa é liderada pelo deputado federal Gilberto Silva (PL-PA) após o magistrado solicitar a inclusão do ex-governador de Minas Gerais Romeu Zema (Novo) no inquérito das fake news.

Na segunda, Gilmar Mendes enviou uma representação ao ministro Alexandre de Moraes pedindo a investigação de Zema por compartilhar em suas redes sociais um vídeo debochando de magistrados da Corte.

Em nota também divulgada nas redes, Gilberto Silva afirma que a oposição está preocupada de que a investigação de Zema, pré-candidato à Presidência, abra "um precedente grave".

"Um ex-chefe do Poder Executivo estadual passa a ser alvo de investigação por expressar opinião

política. A crítica institucional, elemento essencial da democracia, passa a ser tratada como infração", escreveu Gilberto.

Gilmar Mendes solicitou a investigação de Zema após o ex-governador compartilhar um vídeo retratando uma conversa entre dois bonecos, caracterizados por desenhos de fantoches, que representariam Dias Toffoli e o decano.

No vídeo, Toffoli telefona para Gilmar e pede a ele que anule as quebras de sigilo de sua empresa, aprovada na CPI do Crime Organizado do Senado. Com um diálogo marcado por ironias e caricaturas, Gilmar responde que anularia as quebras e pede em troca uma cortesia no resort Tayayá, no qual Toffoli possuía participação acionária.

A sátira se baseia no fato de que Gilmar Mendes efetivamente proferiu decisão anulando as quebras de sigilo da Maridt. Essa é a empresa de Toffoli e dos irmãos do ministro que recebeu aportes de um fundo de investimento ligado

ao banqueiro Daniel Vorcaro.

Na representação enviada a Moraes, Gilmar escreveu que o vídeo "vilipêndia não apenas a honra e a imagem deste Supremo Tribunal Federal como também da minha própria pessoa".

Moraes, relator do inquérito das fake news, pediu uma manifestação da Procuradoria-Geral da República (PGR) antes de decidir sobre a inclusão de Zema no inquérito.

Para que um ministro do STF sofra impeachment no Brasil, é necessário que seja acusado de crime de responsabilidade, como abuso de poder, conduta incompatível com a honra do cargo ou atuação político-partidária.

A denúncia pode ser apresentada por qualquer cidadão, mas só avança se o presidente do Senado Federal aceitar o pedido. O presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP), tem resistido a aceitar qualquer um dos pedidos.

Caso seja aceito, o processo é iniciado, e inclui análise, defesa

do acusado e, ao final, julgamento pelo próprio Senado, sendo necessária a aprovação de dois terços dos senadores para a condenação e perda do cargo.

Novo ataque

Zema voltou ontem ao ataque a ministro do STF. Em vídeo nas redes sociais, disse que no lugar da coroa portuguesa "se sentaram os intocáveis de Brasília".

A representação que faz alusão à Inconfidência Mineira traz imagens de inteligência artificial com o rosto dos ministros Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes, além do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do banqueiro Daniel Vorcaro.

"Você acha que nós somos livres de verdade? Eu acho que não. No lugar da Coroa Portuguesa, se sentaram os intocáveis de Brasília. Os políticos vendidos, os empresários ladrões e os juízes que se acham acima do bem e do mal", diz em um trecho da publicação.